

# FRAGMENTAÇÃO E COLAPSO DE PÚBLICOS EM REDE

POR MÁRCIO MORETTO RIBEIRO.<sup>1</sup>

## Resumo

A esfera pública, especialmente em países periféricos, se formou de maneira seletiva, marginalizando diversos públicos alternativos ou contrapúblicos. Argumentamos que as mídias sociais têm efeitos contraditórios na formação de contrapúblicos e na sua relação com os públicos hegemônicos. Por um lado, as mídias sociais promovem a fragmentação dos públicos e o encontro de pessoas com interesses e características comuns, facilitando a formação e expansão de contrapúblicos. Por outro, elas oferecem um espaço híbrido entre o público e o privado, em que diferentes contextos estão colapsados, provocando constantes choques entre públicos conflitantes.

## Abstract

*The public sphere, especially in peripheral countries, was formed selectively, marginalizing various alternative audiences also known as counterpublics. We argue that social media have contradictory effects on the formation of counterpublics and on their relationship with hegemonic publics. On the one hand, social media promotes the fragmentation of publics and the meeting of people with common interests and characteristics, facilitating the formation and expansion of counterpublics. On the other hand, they offer a hybrid space between the public and the private, in which different contexts are collapsed, causing constant clashes between conflicting publics.*

---

<sup>1</sup> Professor Doutor na Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Rua Arlindo Betio 1000, São Paulo – SP. E-mail: marciomr@usp.br. Cel (WhatsApp) 11 95888-9060.

Pelo menos nos últimos dez anos, talvez até um pouco mais, sempre que ocorre um fato político com participação popular massiva, analistas se perguntam como as novas formas de mediação comunicacional promovidas pela internet influenciaram os agentes envolvidos. Certamente o fenômeno não se restringe ao Brasil, mas, para citar dois exemplos daqui, muitos analistas se voltaram para a internet e suas mídias sociais para tentar entender os atos contra o aumento das passagens em 2013 e depois, de novo, para tentar entender a ascensão de Bolsonaro em 2018. Não está em disputa que as formas de comunicação sofreram uma revolução desde a popularização da internet. Isso é evidente. Além disso, com certeza a forma de comunicação tem relação íntima com as formas de organização de uma sociedade. É preciso, porém, evitar a tentação de defender que as relações sociais se alteram como produto de uma determinada tecnologia, em outras palavras, evitar o *tecnodeterminismo*. Propomos neste texto, de caráter ensaístico, que o conceito de esfera pública, tal qual conceitualizado por Habermas (2014), é um bom ponto de partida para explorar as disputas discursivas que circulam na internet e nas mídias sociais. Desta conceitualização passaremos às críticas que ela sofreu, especialmente entre os anos 1990 e começo dos anos 2000, dando origem a outros conceitos que julgamos frutíferos, como os de públicos e contrapúblicos. A formação da esfera pública, especialmente nos países periféricos, se deu de maneira seletiva, por isso a importância de se estudar a formação de esferas públicas alternativas. No período posterior à Segunda Guerra, o processo de concentração de capital e sua resposta política na organização trabalhista teriam promovido uma mudança estrutural na esfera pública. O entrelaçamento das esferas pública e privada, que apresentaremos à luz dessa literatura crítica, foi acompanhado pela popularização primeiramente dos meios eletrônicos e, em seguida, dos meios digitais. É nesse contexto, de intensificação do entrelaçamento e das disputas discursivas entre públicos, que buscamos entender o papel dos meios digitais de comunicação. Argumentamos que os meios digitais promovem duas tendências conflitantes em relação à formação de

públicos: de um lado, os algoritmos de curadoria e a facilidade de seleção homofílica promovem a fragmentação dos públicos; de outro, as arenas comuns de postagem promovem o colapso de contextos antes isolados.

## Esfera pública, contrapúblicos e entrelaçamento

Jürgen Habermas conceitualiza a *esfera pública burguesa* como um domínio da vida social em que pessoas privadas se reúnem, não para fazer negócios ou como sujeitos da burocracia estatal, mas para, mediante o debate racional, refletir sobre temas de interesse geral. Ou seja, trata-se de uma esfera apartada tanto do Estado quanto do mercado, onde se forma a *opinião pública*, por meio da qual ela cumpre o papel de criticar e controlar a estrutura legislativa do Estado (HABERMAS, 2014).

Embora não esteja no escopo deste trabalho analisar em profundidade o trabalho do filósofo alemão, é importante pontuar que a esfera pública tem uma história. Da forma como entendemos contemporaneamente, a publicidade nasceu na Europa no período mercantil, concomitantemente à invenção da imprensa e ao crescimento das cidades. Nos cafés e salões, homens<sup>2</sup> se encontravam para debater sobre literatura, arte e política, temas até então reservados a autoridades eclesiais e estatais. A imprensa permitia não só a circulação das ideias para outras regiões, como uma forma de comunicação que projeta a ideia de universalização do público leitor. A formação da esfera pública cumpriria o papel político de confrontar a autoridade monárquica, culminando com transformações sociais profundas. Na Inglaterra, em um período dilatado, esse processo levou à formação do parlamento moderno, já na França o processo foi muito mais veloz e culminou na revolução de 1789.

No Brasil, Perlatto (2018) argumenta que os primeiros indícios da formação de uma esfera pública burguesa podem ser encontrados, ironicamente, com a

---

<sup>2</sup> A presença de mulheres era proibida na maioria desses espaços.

chegada da família real no começo do século XIX. Nos mais de duzentos anos que nos separam desse evento, a esfera pública brasileira passou por uma série de mudanças, nem sempre no sentido de se tornar mais inclusiva. Não nos cabe resgatar toda essa história, apenas apontar que o processo nacional foi fortemente marcado pela exclusão de setores sociais e de temas, por isso o termo usado pelo autor para caracterizar nossa esfera pública é *seletiva*. O alto índice de analfabetismo por um longo período foi apenas um dos fatores de exclusão. Temas como a abolição da escravidão foram proibidos no debate público durante a maior parte do século XIX e só foram incluídos depois de um forte processo de pressão popular. Notoriamente, os períodos ditatoriais foram excludentes em relação a diversos temas. Embora a seletividade da esfera pública não seja uma exclusividade do sul global, ela certamente é mais marcada nos países periféricos. Por esse motivo, aqui, ainda mais do que nos países centrais, se vamos usar o conceito de esfera pública como ponto de partida de nossa análise, devemos incorporar as críticas que apontam seus limites (PERLATTO, 2018).

Em um texto já bastante estabelecido, Nancy Fraser (1990) critica o conceito habermasiano de esfera pública, tanto em seu caráter descritivo quanto normativo. Descritivamente ela resgata uma revisão historiográfica que mostra que, apesar da retórica inclusiva, a esfera pública que se formou na Europa no período mercantil possuía diversos mecanismos de exclusão. Um dos eixos centrais de exclusão seria o gênero. Tanto a presença das mulheres não era permitida nas instituições da esfera pública quanto seus temas centrais eram tratados como do campo do privado. Indo mais além, a autora cita o trabalho de Geoff Elley para argumentar que o processo de formação da esfera pública ocorreu concomitantemente à própria formação da burguesia como classe:

[A]s operações de exclusão eram essenciais para as esferas públicas liberais não apenas na França, mas também na Inglaterra e na Alemanha, em todos esses países as exclusões de gênero estavam vinculadas a outras exclusões enraizadas no processo de formação de classe. Em todos esses países, afirma [Elley], o solo que alimentou a esfera pública liberal foi a

"sociedade civil", os novos aglomerados emergentes de associações voluntárias que surgiram no que veio a ser conhecido como "a era das sociedades". Mas essa rede de clubes e associações – filantrópicas, cívicas, profissionais e culturais – era tudo menos acessível a todos. Pelo contrário, era a arena, o campo de treinamento e, eventualmente, a base de poder de um estrato de homens burgueses, que estavam começando a se ver como uma "classe universal" e se preparando para afirmar sua aptidão para governar. Assim, a elaboração de uma cultura distinta da sociedade civil e de uma esfera pública associada esteve implicada no processo de formação da classe burguesa; suas práticas e ethos eram marcadores de "distinção" no sentido de Pierre Bourdieu, formas de definir uma elite emergente, destacando-a das elites aristocráticas mais antigas que pretendia deslocar, por um lado, e das várias camadas populares e plebeias que ela aspirava a governar, por outro.<sup>3</sup> (FRASER, 1990, p. 60).

Ainda seguindo Fraser, como resposta a esse processo de exclusão se formaram esferas públicas alternativas, ou *contrapúblicos subalternos*, com suas próprias instituições exclusivas e meios de circulação discursiva.

Do ponto de vista normativo, Fraser desafia o ideal de esfera pública habermasiano em quatro dimensões: a separação estrita em relação ao Estado, a igualdade meramente performática entre seus atores – igualdade "entre parênteses", nos termos da autora –, a exclusão de temas de âmbito privado de sua arena de debates e, por fim, a impossibilidade de convivência de múltiplas esferas públicas. Interessa-nos particularmente esta última objeção.

Fraser argumenta que os contrapúblicos funcionam como "espaços de recuo e reagrupamento" e também como "base e campo de treinamento para atividades de agitação para públicos mais amplos". Seu direcionamento para um público mais amplo distingue os contrapúblicos de *enclaves* fechados sobre si mesmos. Contrapúblicos cumpririam o papel de arena de experimentação para temas bloqueados na esfera pública tradicional. Essas arenas são essenciais porque, em sociedades desiguais, como a brasileira, o processo deliberativo tende a privilegiar os grupos dominantes e com mais acesso a recursos. Mesmo em sociedades igualitárias, Fraser defende que a convivência de grupos com diferentes formações culturais justifica o convívio de diferentes esferas públicas.

---

<sup>3</sup> Tradução livre do próprio autor.

Neste caso, a coexistência de diferentes públicos permitiria a cada grupo formular suas questões em seus próprios termos, protegidas das normas dos grupos dominantes. Assim, mesmo que um contrapúblico não seja necessariamente virtuoso – Fraser argumenta que muitos são anti-igualitários e antidemocráticos<sup>4</sup> –, sua existência expande o espaço discursivo.

Voltando ao contexto nacional, argumentamos que a história da formação de uma esfera pública burguesa no Brasil foi marcada pela seletividade, não apenas por mecanismos performáticos de distinção, mas em alguns períodos por meios coercitivos, com censura explícita. Uma interpretação eurocêntrica descreveria o processo nacional como incompleto. O desenvolvimento dos contrapúblicos seria, deste ponto de vista, descrito como uma fase de um processo em direção a uma única esfera pública completamente acessível. Tal qual o abolicionismo, o caminho de temas como feminismo e as pautas LGBT, censurados durante a ditadura de 1964, seria a assimilação à esfera pública. A perspectiva de Fraser apresenta, porém, vantagens na manutenção de esferas públicas alternativas convivendo e disputando com a tradicional.

Ao abandonar o ideal de uma esfera pública única, o historiador Michael Warner (2005) se volta para um conceito mais primitivo, de público. Um *público* é uma coletividade que existe apenas enquanto endereçada discursivamente. O próprio discurso define os limites do público e, assim, não está definido *a priori* quem o compõe. O público, portanto, estabelece uma relação entre estranhos. No período mercantil, além de se estabelecerem as condições materiais necessárias para a circulação discursiva, com as já mencionadas instituições da esfera pública e invenção da imprensa, desenvolveu-se na Europa uma forma discursiva específica de endereçamento, o *discurso público*. Warner contrasta sua característica principal com a de outra forma discursiva, a poesia:

---

<sup>4</sup> Um excelente exemplo é a nova direita no Brasil. Marginalizado do debate público nacional desde o processo de redemocratização, esse campo se estabeleceu como um contrapúblico com instituições, veículos próprios de comunicação, fóruns etc. (ROCHA, 2021).

A poesia não é exatamente entreouvida (*overheard*); ela é lida como se estivesse sendo entreouvida. Analogamente, o discurso público não é apenas ouvido; ele é ouvido (ou lido), como se estivesse sendo ouvido na presença de outros (WARNER, 2005b, p. 81).

O pertencimento, como parte a quem se endereça o discurso, se dá de maneira ativa e voluntária, por meio da mera atenção. Um público, porém, não se confunde com uma audiência, uma vez que um único texto não estabelece um público. O público se forma na circulação discursiva periódica. O nexo entre cada intervenção é constituído socialmente como em um diálogo. A metáfora de que a circulação textual estabelece uma espécie de diálogo confere agência ao público, como se ele atuasse historicamente.

Embora o público seja uma entidade auto-organizada, ele depende de instituições e de condições materiais para circulação discursiva. Da mesma forma, embora estabeleça relações entre estranhos, ele possui mecanismos de seleção por meio de critérios culturais, hábitos, interesse e referências comuns e linguagem:

Ao endereçar estranhos, o discurso público premia a acessibilidade. Mas não existe uma linguagem infinitamente acessível, e imaginar que deveria haver uma é perder uma outra necessidade igualmente importante dos públicos: concretizar o mundo no qual o discurso circula, oferecer a seus membros filiação direta e ativa por meio da linguagem, colocar estranhos no mesmo pé (WARNER, 2005b, p. 108).

Os meios de seleção cumprem, portanto, o papel de dar aos membros do público a sensação de pertencimento. Ao mesmo tempo em que a circulação discursiva, por meio do endereçamento, projeta um público ainda inexistente, o discurso público precisa endereçar um conjunto de pessoas como se elas já se enxergassem coletivamente. O discurso público busca alcançar estranhos, mas, para fazer deles um público, é preciso tratá-los como uma entidade social. O discurso público, assim, imagina o mundo. Essa é a dimensão *poética*, nas palavras de Warner, do discurso público.

O caráter político dos públicos está na sua transposição ao nível do Estado. Embora os públicos sejam apenas projeções da circulação discursiva, todo público pode participar da formação da opinião pública e, assim, influenciar criticamente o poder estatal. Metaforicamente o público dominante, ou simplesmente o público, tem agência política. Porém, por todos os motivos já apresentados anteriormente – das condições materiais de manutenção de suas instituições e para manter os meios de circulação discursiva, até os mecanismos seletivos de distinção –, cada público está em posição mais ou menos privilegiada para compor o público. Os contrapúblicos são, portanto, públicos marginalizados e em relação permanentemente conflituosa com o público dominante.

Voltando ao trabalho de Habermas, a esfera pública liberal, descrita no começo deste texto, teve seu período áureo entre o final do século XVII e o final do século XIX. No último terço do século XIX, teria se imposto internacionalmente uma tendência oligopolista de concentração de capital, com consequências para a esfera pública. De um lado, grandes conglomerados passam a defender seus interesses em fóruns públicos; de outro, o Estado se torna cada vez mais acessível a organizações trabalhistas. Esse processo contamina inclusive os meios de comunicação. Os interesses de mercado das empresas de comunicação e a entrada de um novo contingente menos letrado na esfera pública levam a uma produção de conteúdo cultural cada vez menos voltado para o debate crítico, e mais para o consumo. Esse processo de *entrelaçamento* entre interesses públicos e privados degenera as funções políticas originais da esfera pública. Os três países estudados pelo autor – Inglaterra, França e Alemanha – passam todos por reformas políticas profundas. Essas reformas refletem a mudança de função do parlamento, que passa a assumir o papel de mediador de disputas de classes. A esfera pública, assim, vai substituindo sua função política de crítica e fiscalização do poder público por uma função de *propaganda* (HABERMAS, 2014).

O aumento da penetração das mídias de massa retroalimenta esse processo. O acesso ao rádio e à televisão não exige letramento e seu conteúdo é



pensado de forma a alcançar uma audiência mais ampla. Nos meios de massa, a discussão racional é paulatinamente substituída pelo “intercâmbio de gostos e inclinações dos consumidores”:

Em comparação com a imprensa da era liberal, os meios de comunicação de massa alcançaram, por um lado, um enorme abrangência e uma eficácia incomparável – com eles, a própria esfera pública se expandiu – e, por outro, foram cada vez mais deslocados dessa esfera e reassumidos pela antiga esfera privada da circulação de mercadorias. (...) Enquanto anteriormente a imprensa podia apenas mediar e amplificar a discussão mediante razões empreendidas pelas pessoas privadas reunidas em um público, agora, ao contrário, o público passa a ser formado sobretudo pelos meios de comunicação de massa. (HABERMAS, 2014, p. 407).

Como a análise de Warner parte de uma multiplicidade de públicos nem sempre em harmonia, ela enxerga outras facetas desse processo de mudança estrutural. A esfera pública burguesa tem como ideal utópico uma autoabstração do autor e da audiência. No ideal burguês, a força de um argumento não se dá por causa da pessoa que o pronuncia, mas apesar dela. Essa capacidade de *autoabstração*, porém, não é uma característica igualmente distribuída na sociedade. Quando lemos um texto anônimo em um jornal, tipicamente imaginamos seu autor como um homem branco, cisgênero, heterossexual, de classe média ou alta. Assim, na esfera pública liberal o corpo nunca é tematizado. Um jornal serve como uma espécie de “*prótese*” que substitui o corpo dos autores que nele escrevem. Conforme a esfera do consumo se expande para o campo da cultura, porém, passamos a nos relacionar com a publicidade em contextos muito mais amplos do que o da leitura e do debate racional. A cultura de massa recorporifica o discurso público, não tematizando o corpo, mas trazendo ao palco as chamadas *figuras públicas* (WARNER, 2005a).

Esse processo é contraditório e palco de disputas políticas. Assim como no contato com o discurso público imagino que o texto não foi escrito apenas para mim, mas para um público que me atravessa, no contato com a propaganda o desejo de uma mercadoria é imaginado como “testemunhado por um coletivo de

outros consumidores". É no momento dessa identificação como parte de uma massa de consumidores que grupos politicamente sub-representados se reconhecem coletivamente. Assim, para Warner, as mudanças ocorridas na esfera pública não são exatamente efeito de uma espécie de colonização dela por meio das mídias de massas, mas sim um "legado de sua lógica fundadora", cuja contradição "se torna visível quando a esfera pública não consegue mais esconder seu corpo privilegiado."

O advento da internet trouxe esperança a uma série de analistas. De fato, uma das dimensões do problema do entrelaçamento é que, uma vez que o poder sobre os meios de comunicação se concentra em algumas poucas corporações, essas passariam a usá-las para defender seus interesses. A internet, diminuindo os custos de distribuição da informação, apresentava o potencial de superação desse desvio e, portanto, de restauração do espírito original da esfera pública. A esse período de otimismo *tecnoutopista*, seguiu-se o atual período *tecnopessimista*, em que a maioria dos analistas foca nos efeitos deletérios da internet para a democracia. Ambos pecam por colocar peso exagerado no papel da tecnologia nos processos políticos e sociais. Buscando fugir desse tipo de posição, pretendemos, no restante deste artigo, apresentar aspectos da comunicação nos meios digitais, especialmente nas mídias sociais, que interagem com a formação de públicos e contrapúblicos.

## **Dos meios eletrônicos às mídias sociais**

Tecnologias são desenvolvidas em um certo contexto social. É certo que sua adoção tem efeitos sociais, mas nunca conseguimos separar totalmente os efeitos da adoção de uma tecnologia das condições que permitiram sua adoção em massa. Esse é um dos motivos por que não cabe falar em relação de causalidade entre a adoção de uma tecnologia e determinado efeito social.

Ainda assim, diferentes meios de comunicação interagem de diferentes maneiras com os públicos, dependendo das formas como eles facilitam ou dificultam certas formas de endereçamento. O debate acadêmico sobre mídias sociais aponta para direções conflitantes nesse aspecto. De um lado, diversos autores argumentam que as mídias sociais contribuem para a fragmentação da esfera pública – o que pode ser traduzido, nos termos da literatura que apresentamos na primeira seção, como a proliferação de contrapúblicos. De outro lado, há uma outra tradição dos estudos de mídia, que foca no processo de colapso dos contextos promovido por essas tecnologias.

Embora muitos autores tenham se debruçado sobre o problema da fragmentação da esfera pública nos meios digitais, escolhemos analisar neste ensaio apenas o livro *#Republic*, de Cass Sunstein (2017), como representante dessa linha argumentativa, por sua influência e clareza.

Sunstein externa preocupação a respeito da emergência do que Negroponte chamou de *Daily Me*. A profecia, que o autor teme estar se realizando, é de uma arquitetura de controle em que toda informação a que um indivíduo tem acesso é personalizada. Para o autor, uma democracia carece de dois requisitos que tal contexto esvaziaria. Em primeiro lugar, é desejável que os cidadãos estejam expostos a matérias que eles não escolheram de antemão. Em segundo lugar, é desejável que os cidadãos compartilhem uma gama de experiências comuns.

A constituição americana garante ambos os requisitos, por meio da doutrina do fórum público. Tal doutrina estabelece o direito da livre expressão em espaços públicos, como praças e calçadas, uma espécie de direito de acesso a um público heterogêneo que permite a circulação de ideias para fora de círculos fechados de interesse privado. No ambiente virtual, dois efeitos minam os benefícios dos fóruns públicos: a *seletividade individual homofílica* e os *algoritmos de curadoria*. Diferentemente da praça pública, na internet temos controle sobre quem encontramos e tendemos a selecionar apenas informações provenientes de quem

se parece conosco. Somado a isso, os algoritmos de curadoria, que selecionam os conteúdos no feed de notícias das mídias sociais, agravam esse fenômeno, aprendendo nossas preferências e dando destaque individualizado ao conteúdo que melhor se adéque a elas (PARISER, 2012)<sup>5</sup>. Assim, a internet – especialmente por meio dos sites de mídia social – promoveria uma espécie de *câmara de eco*, em que os usuários interagem preferencialmente com outros usuários com preferências similares e acessam muito mais conteúdos que reforcem suas crenças do que as desafiem.

O risco da fragmentação exagerada da audiência seria exacerbar um fenômeno que a psicologia política chama de *polarização de grupo*. Pessoas fechadas em grupos homogêneos tendem a ter posições mais radicais e menos tolerantes, seja por se convencerem das posições do grupo, seja por receio de perder reputação entre seus pares (MUTZ, 2006).

A seletividade homofílica e os algoritmos de curadoria facilitam a comunicação entre estranhos, aproximando discursivamente pessoas com interesses comuns. Isso fortalece especialmente os grupos marginalizados do debate público dominante, que não podem contar com a arena de comunicação tradicional para difundir suas ideias. Assim, à luz das críticas do conceito de esfera pública apresentada na primeira parte do artigo, o fenômeno descrito por Sunstein promove a proliferação e crescimento de contrapúblicos.

A televisão aberta, especialmente no Brasil, em que os poucos canais são controlados por um número ainda menor de famílias, promove uma gama de experiências comuns que a internet talvez não seja capaz de apresentar. Se compararmos as interações online com as offline, porém, é difícil sustentar que a

---

<sup>5</sup>Diferentemente do senso comum, a seletividade homofílica parece ter um peso muito maior para a formação das câmaras de eco do que a curadoria algorítmica. Em Bakshi et al. (2015), os autores mostram que 45% das notícias políticas que circulam na rede são alinhadas ao campo conservador, em média; porém, na rede dos liberais, esse tipo de conteúdo corresponde a apenas 24% do total, por conta da escolha dos amigos – depois da seleção do algoritmo de curadoria, esse valor cai para 22%. Ou seja, a escolha dos amigos tem um efeito muito maior para a câmara de eco do que o algoritmo de curadoria.

internet promove fragmentação. Nas interações presenciais tipicamente encontramos quem mora próximo, estudou ou trabalhou junto. Esses públicos tendem a ser mais homogêneos do que os públicos com os quais nos deparamos nas mídias sociais – pense um acadêmico palestrando ou um pastor pregando. De fato, em um estudo de 2011, Gentzkow e Shapiro (2011) mostram que o grau de segregação ideológica nos EUA – considerando apenas a separação entre liberais e conservadores – é maior nos meios presenciais do que na internet.

O que pode ser dito é que a televisão promoveu um processo contrário ao da fragmentação, um colapso de contextos. Seguindo uma outra base conceitual, Meyrowitz (1985) nos anos 1980 estudou os impactos dos meios eletrônicos – que na época eram principalmente televisão e rádio. Sua análise parte do trabalho de Goffman, que interpreta as relações interpessoais como análogas a uma dramatização. Tipos de interação sociais estabelecem *situações* em que as pessoas envolvidas assumem diferentes *papéis*. Uma mesma pessoa pode assumir o papel de professor em uma certa situação, de marido em outra, de pai em outra e de paciente em outra. Cada situação estabelece um *palco* e os *bastidores*. No palco os *atores* estão perante uma *audiência* para a qual eles buscam passar uma *impressão*. Tradicionalmente a audiência de uma situação é limitada espacialmente pelas pessoas em interação presencial. A preparação para a interação presencial é feita pelos atores nos bastidores. Meyrowitz argumenta que não há nada de especial, para efeitos do estabelecimento de uma situação, em um *lugar*. O que os muros e as portas estabelecem é simplesmente uma barreira de comunicação delimitando *sistemas de informação*. Os meios eletrônicos, por transmitirem as impressões, possibilitam a exposição dos bastidores de diversas situações a diferentes audiências.

O controle sobre o fluxo de informações é um elemento constitutivo do status social. Pessoas se identificam como participantes de um grupo por compartilharem informações exclusivas ou, nos termos de Goffman, por dividirem os mesmos bastidores. Aos aspirantes a membro de um grupo, o acesso à informação é

oferecido em etapas, o que constitui o processo de socialização. Por fim, em grande medida, hierarquias sociais se estabelecem pela disparidade de acesso a certos conhecimentos e informações. Ao expor os bastidores de uma situação a uma nova audiência, os meios de comunicação criam novas situações – que não são nem palco nem bastidor, mas algo intermediário –, que alteram as dinâmicas sociais nestes três aspectos: identidade de grupos, socialização e hierarquia.

Meyrowitz se aproxima da ideia de entrelaçamento ao associar os efeitos dos meios eletrônicos a um colapso daquilo que era privado (os bastidores) com o que era público (o palco). Duas diferenças precisam ser marcadas, porém. A primeira é uma inversão de causa e efeito. O que aparece como efeito para Meyrowitz é apresentado como causa para Habermas e vice-versa. A segunda é a ausência na análise de Meyrowitz de um palco universal, para corresponder à esfera pública, e de um bastidor universal, para corresponder à esfera privada. O que é bastidor em uma situação pode ser palco em outra e vice-versa. A esfera pública, em que indivíduos privados se reúnem em um público, em termos goffmanianos é uma situação em que os atores representam um certo papel, de cidadãos. Para poder exercer a cidadania, eles precisam se preparar em um bastidor, o espaço privado, em que eles representam outros papéis: de pais, mães, esposas, maridos, trabalhadoras, gerentes etc. Neste aspecto, a análise de Meyrowitz se aproxima das críticas de Fraser e Warner<sup>6</sup>.

Os meios eletrônicos promovem o colapso não apenas entre palco e bastidor, mas também entre diferentes públicos projetados por um mesmo ator. Se um público é uma comunidade projetada por um fluxo discursivo estabelecendo uma relação entre estranhos, um mesmo ator pode endereçar públicos diferentes em situações distintas. Ao falar diante das câmeras, porém, essa forma de

---

<sup>6</sup> Também o debate normativo contemporâneo sobre direito à privacidade – central no campo da regulação dos meios digitais – tem se deslocado da dicotomia entre público e privado e focado em normas de adequação e de distribuição de informação que mantenham a integridade contextual de seu fluxo (NISSEMBAUM, 2004).

endereçamento é mais complexa. O autor apresenta o seguinte exemplo para ilustrar sua tese:

Quando o advogado do movimento Black Power, Stokely Carmichael, atraiu a atenção da mídia no final dos anos 1960 seu acesso a uma plataforma com maior alcance acabou sendo uma maldição e não uma bênção. Nas arenas compartilhadas da televisão e do rádio, ele se viu enfrentando pelo menos duas audiências distintas simultaneamente: sua audiência primária de negros e uma audiência de brancos "curiosos". Em aparições pessoais (não mediadas), ele conseguia apresentar duas palestras completamente diferentes sobre Black Power para públicos negros e brancos, respectivamente. Mas nos fóruns mistos da mídia eletrônica, ele teve que decidir se usaria um estilo e texto retóricos brancos ou negros. Se ele usasse um estilo branco, alienaria seu público primário e trairia seus objetivos de dar aos negros um novo senso de orgulho e auto-respeito. No entanto, se ele usasse um estilo retórico negro, ele alienaria os brancos, incluindo muitos liberais que apoiavam a integração. Sem uma solução clara e incapaz de conceber uma saída intermediária, Carmichael decidiu usar um estilo negro em seus discursos mediados. Assim, enquanto ele acendeu o fogo de seu público primário, ele também encheu seu público secundário com ódio e medo e provocou a ira da estrutura de poder branco. (MEYROWITZ, 1985, p. 43).

Embora até aqui tenhamos focado no colapso contextual promovido pelos meios eletrônicos tradicionais, o mesmo processo ocorre nos meios digitais. A grande diferença é que, nos primeiros, os atores envolvidos eram apenas algumas figuras públicas com acesso aos meios de comunicação de massa.

Se em seus primórdios a lógica da comunicação digital prezava pelo anonimato e pelo uso de pseudônimos, com a popularização das mídias sociais, a lógica passou a ser a da identidade única. Como já debatemos anteriormente, o discurso público tem uma forma específica que se desenvolveu ao mesmo tempo que a imprensa escrita. As mídias sociais massificam seu uso, porém, sem a premiação pela autoabstração. O perfil na rede social não protege a identidade do autor, pelo contrário, sua identidade é constantemente tematizada. É como se toda pessoa, ao se pronunciar nas mídias sociais, assumisse o papel de figura pública.

A avaliação do papel das mídias sociais como arena da esfera pública, ou de contrapúblicos, esbarra na dificuldade em estabelecer seu caráter como público ou privado. Toda a argumentação que fizemos até aqui, porém, sugere que essas categorias não são adequadas para descrever essas arenas de debates. As mídias sociais promovem situações intermediárias ao massificar a exposição dos bastidores de um gigantesco número de situações. Esse fenômeno ocorre por conta da existência de um espaço único de postagem a ser lido por audiências antes isoladas em diferentes situações.

Assim, ao mesmo tempo em que os algoritmos de curadoria e a seletividade homofílica promovem a fragmentação dos públicos, as linhas do tempo de sites de redes sociais vão na direção contrária, promovendo o colapso de contextos e a exposição de bastidores.

## Conclusão

É por meio do público imaginário projetado pela circulação discursiva que indivíduos fora do aparato estatal pressionam o poder público de maneira democrática. A aparência de universalidade do acesso a essa esfera pública, porém, esconde mecanismos de distinção que marginalizam uma série de grupos sociais. A circulação discursiva entre os marginalizados da esfera pública permite que eles formulem suas demandas em seus próprios termos. Esses contrapúblicos têm um papel fundamental na democracia, especialmente em países periféricos, como o Brasil. O entrelaçamento das esferas públicas e privadas por um lado degenerou a função política das primeiras, por outro trouxe à luz parte de seu caráter excludente.

A arquitetura dos meios de comunicação interage de maneira ambígua na formação de públicos. Seu caráter fragmentário tem sido o mais enfatizado na imprensa e nos meios acadêmicos. Essa literatura foca nos mecanismos que isolam comunidades em um espaço homogêneo de debate, as câmaras de eco, e



denuncia seus efeitos deletérios à democracia. A capacidade de se comunicar com um grupo homogêneo em um ambiente protegido tem vantagens ignoradas por esses estudos. Mais importante do que isso, essa literatura peca ao ignorar o efeito complementar a esse, o colapso contextual. Em sites como Facebook, Twitter, YouTube, Instagram e TikTok, por padrão, tudo o que é publicado por um usuário fica exposto em um mesmo fórum acessível para atores que anteriormente estariam isolados em diferentes situações. Esse processo de colapso segue a tendência do entrelaçamento e produz choques entre diferentes públicos, muitas vezes conflitantes.

## Agradecimento

Este trabalho foi financiado pela Fundação FORD e pela Fapesp (projeto temático 2019/22387-0).

## Bibliografia

BAKSHI, Eytan; MESSING, Solomon; ADAMIC, Lada. Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook. *Science*, v. 348, n. 6239, p. 1130-1132, 2015.

BOYD, Dannah. *It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens*. Londres: Yale University Press, 2014.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

GENTZKOW, Matthew; SHAPIRO, Jesse. Ideological Segregation Online and Offline. *Quarterly Journal of Economics*, v. 126, n. 4, p. 1799-1839, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Denilson Luís Werle. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

MEYROWITZ, Joshua. *No Sense of Place: The Impact of Electronic Media on Social Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

MUTS, Diana. *Hearing the Other Side: Deliberative versus Participatory Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

NISSEMBAUM, Helen. Privacy as Contextual Integrity. *Washington Law Review*, v. 79, n. 1, p. 119-157, 2004.

PARISER, Eli. *O filtro invisível*. Trad. Diego Alfaro. São Paulo: Zahar, 2012.

PERLATTO, Fernando. *Esferas públicas no Brasil: teoria social, públicos subalternos e democracia*. Curitiba: Editora Appris, 2018.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

SUNSTEIN, Cass. *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2017.

WARNER, Michael. The Mass Public and the Mass Subject. WARNER, Michael. In: *Publics and Counterpublics*. Nova York: Zone Books, 2005. p. 159-186.

WARNER, Michael. Publics and Counterpublics. In: WARNER, Michael. *Publics and Counterpublics*. Nova York: Zone Books, 2005. p. 65-124.